

**CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS TRANSFRONTEIRIÇOS DO  
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS  
ATA DA 32ª REUNIÃO**

**Data:** 14 dezembro de 2005, das 10h35 às 15h00.

**Local:** Sala Geminada B, no subsolo do Palácio do Itamaraty, Esplanada dos Ministérios, Bloco H.

**PARTICIPANTES:**

- Ministério da Ciência e Tecnologia: Jaime Felício Paulo. ([jpaulo@mct.gov.br](mailto:jpaulo@mct.gov.br))
- Ministério das Relações Exteriores: Bernardo Paranhos Velloso ([bernardo@mre.gov.br](mailto:bernardo@mre.gov.br));
- Ministério do Meio Ambiente/SRH: Celina Xavier de Mendonça ([celina.mendonca@mma.gov.br](mailto:celina.mendonca@mma.gov.br));
- Ministério do Meio Ambiente/ANA: Jorge Thierry Calasans ([thierry@ana.gov.br](mailto:thierry@ana.gov.br));
- Ministério das Cidades: Norma Lúcia de Carvalho ([norma.carvalho@cidades.gov.br](mailto:norma.carvalho@cidades.gov.br));
- Ministério da Justiça: Byron Prestes Costa ([byron.costa@mj.gov.br](mailto:byron.costa@mj.gov.br))
- Ministério da Defesa: Antônio Joaquim G. Moreira ([email@brturbo.com](mailto:email@brturbo.com));
- Ministério das Minas e Energia: Luciano Costa de Carvalho ([luciano.carvalho@mme.gov.br](mailto:luciano.carvalho@mme.gov.br));
- Ministério do Turismo: Ausente
- Ministério dos Transportes: Wilson do Egito Coelho Filho. ([wilson.egito@transportes.gov.br](mailto:wilson.egito@transportes.gov.br))
- Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: Marcelo Barbosa Sampaio ([marcelo@seap.gov.br](mailto:marcelo@seap.gov.br))
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Mauri César Barbosa Pereira ([mauri.pereira@terra.com.br](mailto:mauri.pereira@terra.com.br));
- Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Cláudio Ramos Floriani Jr. ([cfloriani@casan.com.br](mailto:cfloriani@casan.com.br)).
- Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica: José Vicente Miranda Regina ([jvicente@tractebelenergia.com.br](mailto:jvicente@tractebelenergia.com.br));
- Organizações Não-Governamentais: Antônio P. Soler ([solsoler@ig.com.br](mailto:solsoler@ig.com.br)) ([cea@ceaong.org.br](mailto:cea@ceaong.org.br));
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Joel A. Goldenfun ([joel@iph.ufrs.br](mailto:joel@iph.ufrs.br));

**CONVIDADOS:**

- Ministério das Relações Exteriores: André Misi ([misi@mre.gov.br](mailto:misi@mre.gov.br));
- Ministério das Relações Exteriores: Cícero Freitas ([ctfreitas@mre.gov.br](mailto:ctfreitas@mre.gov.br))
- Furnas Centrais Elétricas S.A: Olga K. B. Calhman ([calhman@furnas.com.br](mailto:calhman@furnas.com.br));
- Furnas Centrais Elétricas S.A: Danilo Lopes Marques da Silva ([dlms@furnas.com.br](mailto:dlms@furnas.com.br))
- Ministério do Meio Ambiente: Cláudia Della Piazza Grossi ([claudia.grossi@mma.gov.br](mailto:claudia.grossi@mma.gov.br));
- Rio Tinto Brasil: Elisa Romano. ([elisa.romano@rtb.riotinto.com.br](mailto:elisa.romano@rtb.riotinto.com.br))
- Agência Nacional de Águas-ANA: Luciano Menezes Cardoso da Silva Cardoso da Silva. ([lmenezes@ana.gov.br](mailto:lmenezes@ana.gov.br))
- Instituto Ipanema: Wilson de Azevedo Filho. ([wil.filho@terra.com.br](mailto:wil.filho@terra.com.br))

**RELATORA:**

Ana Maria Alves ([ana-maria.alves@mma.gov.br](mailto:ana-maria.alves@mma.gov.br));

A reunião se iniciou às 10h35. O presidente agradeceu a presença de todos e solicitou a apresentação dos presentes. A respeito do encaminhamento da reunião o presidente submeteu à apreciação dos presentes a possibilidade da reunião ser estendida para depois do 12h00, para que os itens de pauta pudessem ser encaminhados num único período, sem interrupção e em seguida, apresentou um pedido de inversão de pauta, solicitado pela Agência Nacional de Águas-ANA motivado pela presença do Sr. Luciano Menezes Cardoso da Silva, da Superintendência de Outorga e Cobrança, da Agência Nacional de Águas, que foi destacado pela Agência para o esclarecimento de alguma dúvida em relação do Item

52 4 da pauta. Com a aceitação do pedido de inversão de pauta, a reunião foi iniciado pelo **Item 4–**  
53 *Discussão da resolução para a outorga de uso de recursos hídricos em lagos, reservatórios e rios*  
54 *fronteiriços e transfronteiriços*. O presidente da CTGRHT iniciou a discussão da matéria destacando a  
55 complexidade do tema nos aspectos técnico, jurídico, político e ambiental e solicitou à Agência  
56 Nacional de Águas- ANA que rememorasse à CTGRHT o escopo da problemática, já apresentada na  
57 reunião anterior. O Sr. Jorge Thierry Calasans resgatou que, na reunião passada, subsidiando a  
58 CTGRHT com a documentação referente à problemática envolvida, a ANA expôs a sua demanda à  
59 respeito de uma normatização para os casos de outorga de rios tanto em áreas de fronteira, como em  
60 trechos brasileiros de rios que depois se tornam fronteiriços. Destacou que a Agência enfrenta  
61 dificuldades com a análise de pleitos de outorga por falta de regras claras sobre critérios para o  
62 procedimento. Lembrou, ainda, o caso de Itaipu, que em decorrência do Tratado de Itaipu, tem um  
63 estatuto jurídico diferenciado. Finalizou informando que uma das soluções possíveis seria a ANA, de  
64 acordo com suas prerrogativas legais, baixar uma norma regulando a outorga nos casos em questão,  
65 mas que houve a decisão de ampliar a discussão e trazer o caso para a CTGRHT, e caso seja pertinente,  
66 elaborar uma minuta de resolução para ser deliberada pelo Conselho. O Sr. Marcelo Barbosa Sampaio  
67 questionou a segurança jurídica que uma resolução do CNRH traria para respaldar a emissão dessas  
68 outorgas e questionou se não seria o caso de estabelecer acordos com os outros países. O Sr. Antônio  
69 Joaquim G. Moreira considerou que essa resolução teria um caráter amplo, de fornecer diretrizes gerais  
70 para a emissão dessas outorgas, já prevendo a distinção para os casos caracteristicamente distintos  
71 encontrados no território nacional. Acrescentou ainda que, no âmbito da CTGRHT, poderia ser  
72 formado um grupo de trabalho para apresentar uma minuta de resolução. O Sr. Byron Prestes Costa  
73 considerou que, devido às particularidades das situações e das relações bilaterais do Brasil com os  
74 países limítrofes, não seria possível a regulamentação por uma única resolução, sem envolver a  
75 negociação bilateral, com cada um dos países envolvidos, no âmbito de cada tratado. A Sra. Celina  
76 Xavier de Mendonça destacou que aditivos aos acordos e tratados em vigência não seriam uma solução  
77 adequada, já que são acordos que tratam muito superficialmente do uso dos recursos hídricos.  
78 Destacou ainda que, a decisão por um critério racional nesse caso deveria passar pelo crivo de  
79 racionalidade dos outros países também e justificou que caso isso não ocorresse esses critérios  
80 poderiam ser questionados a qualquer momento pelos outros países. O Sr. Wilson de Azevedo Filho  
81 defendeu que, no caso dos rios transfronteiriços, a solução seria o estabelecimento de acordos como no  
82 caso do Apa e acrescentou que nos casos fronteiriços, pelo direito internacional, os países teriam  
83 direito a acesso equitativo ao uso da água. Finalizou que seria importante que houvesse uma resolução  
84 do CNRH ampla, pautada no direito internacional, que pudesse respaldar a emissão dessas outorgas até  
85 que houvesse regras mais claras sobre o assunto. O Sr. Cláudio Ramos Floriani Júnior destacou que a  
86 preocupação da ANA é a mesma preocupação da CTGRHT, a qual seria a necessidade de formular um  
87 regramento mínimo para a gestão de recursos hídricos transfronteiriços. Acrescentou que essa  
88 necessidade decorre do fato da Lei 9.433 não abordar a questão dos rios fronteiriços e transfronteiriços.  
89 Finalizou que seria necessário ter uma resolução geral que, inclusive respaldasse futuramente o Brasil  
90 na negociação de seus tratados. O Sr. Jorge Thierry Calasans ressaltou que o objeto de análise nesse  
91 momento não era um projeto de aproveitamento de recursos hídricos de âmbito internacional, que  
92 demandaria um acordo ou a anuência dos outros países, mas a discussão e o estabelecimento de regras  
93 internas, informadas pelo direito internacional e conjugadas com as regras brasileiras de outorga, para  
94 serem aplicadas dentro do território brasileiro. O Sr. Marcelo Barbosa Sampaio ponderou que, mesmo  
95 em se tratando de ato praticado no território nacional, essas outorgas teriam reflexo nos países  
96 vizinhos, e que, portanto, não seriam objeto de interesse exclusivo do Brasil. O Sr. Bernardo Paranhos  
97 Velloso enfatizou que no âmbito da América do Sul, o Brasil têm tido um papel de vanguarda no  
98 âmbito da gestão de recursos hídricos, com uma legislação bem estruturada e com um amplo diálogo  
99 com seus vizinhos, numa perspectiva de crescente integração na discussão da gestão racional de  
100 recursos hídricos e afirmou que, essa iniciativa brasileira em regular a outorga nessas áreas era mais  
101 um fator que demonstrava o compromisso brasileiro em buscar uma solução justa e racional em  
102 relação à seus vizinhos. O Sr. José Vicente Miranda Regina resgatou alguns trabalhos já realizados pela

103 CTGRHT, como encaminhado ao CNRH de uma Proposta de Moção solicitando a implementação de  
104 um modelo de gestão institucional para o Quaraí e para a Lagoa Mirim, na fronteira com o Uruguai; e a  
105 proposta de acordo discutida no caso do Apa, no Mato Grosso do Sul. Chamou a atenção para o fato de  
106 que, nesse caso, ainda falta à CTGRHT uma maior clareza do problema que está sendo tratado. O Sr.  
107 Luciano Menezes Cardoso da Silva exemplificou com a problemática do São Francisco, que embora de  
108 âmbito interno está demandando uma ampla negociação entre os usuários de água. Citou também como  
109 exemplo a situação entre os Estados Unidos e México, no caso do rio Colorado, que pela primeira vez  
110 secou em sua foz, no México, devido à sua super exploração por vários Estados americanos por onde  
111 passa o rio. O Sr. Luciano Menezes Cardoso da Silva ressaltou alguns princípios do direito  
112 internacional que constavam da apresentação do Sr. Jorge Thierry Calasans, que destacou como  
113 fundamental para a reflexão dos membros da CTGRHT acerca da problemática em questão: a  
114 obrigação de todo Estado Nacional de não causar dano sensível no território sob jurisdição de outro  
115 Estado; o direito de cada Estado Nacional a uma parcela justa com relação ao uso das águas num rio ou  
116 lago internacional, ou seja, o uso equitativo da água; e, por fim, o dever de cada Estado em procurar,  
117 mediante negociação, a solução de conflitos no uso das águas compartilhadas. Baseado nos princípios  
118 expostos acima, o Sr. Luciano Menezes Cardoso da Silva defendeu que seria possível definir critérios,  
119 sem uma rodada de negociação prévia com os países limítrofes, desde que respeitados os princípios de  
120 uso equitativo e de não causar prejuízo sensível aos outros Estados Nacionais, reservando o princípio  
121 da negociação com os países vizinhos para caso haja questionamento ou conflito sobre o uso da água.  
122 Indicou que para estabelecer esse uso equitativo, o Brasil poderia, por exemplo, definir que retiraria  
123 água na proporção em que colaborasse para a produção de água naquela bacia ou simplesmente definir  
124 que a quota de retirada da água seria proporcional à cinquenta por cento da água da bacia. O Sr.  
125 Antônio P. Soler chamou a atenção para a questão da oportunidade de se elaborar uma resolução sobre  
126 o tema em questão e defendeu que esse debate deveria ser superado, tendo em vista que não importaria  
127 a princípio demonstrar o status legal da questão, mas o conteúdo da referida matéria. Acrescentou ainda  
128 que, negar a competência do Brasil em regulamentar esse uso, seria também negar a soberania do  
129 Brasil para decidir sobre outras questões na fronteira, o que seria inaceitável. Por fim, defendeu que a  
130 CTGRHT deveria avançar no sentido de discutir uma resolução que respeitasse os tratados, os acordos  
131 e a legislação brasileira. O Sr. Wilson de Azevedo Filho considerou importante a realização dessa  
132 resolução e questionou à respeito do encaminhamento do debate. O Sr. Bernardo Paranhos Velloso se  
133 posicionou no sentido de esperar que o debate se esgotasse, para que, depois de conhecida a opinião  
134 dos membros da CTGRHT o melhor encaminhamento possível pudesse ser proposto. O Sr. André  
135 Costa Misi questionou à ANA a respeito de três aspectos: primeiramente se essas outorgas envolvendo  
136 os recursos hídricos fronteirizos e transfronteirizos estavam sendo concedidas, depois, sobre qual seria  
137 o motivo que havia levado à Agência a se antecipar nessa questão, buscando critérios específicos para  
138 respaldar esses casos, sem que tenha havido nenhum questionamento ou problema envolvendo essas  
139 outorgas e, por fim, qual seria a necessidade de haver um regime específico de outorga para os rios  
140 fronteirizos e transfronteirizos. O Sr. Luciano Menezes Cardoso da Silva respondeu que o uso dos  
141 recursos hídricos envolvendo os rios fronteirizos/transfronteirizos está crescendo. Exemplificou com o  
142 caso do Quaraí, no qual, do lado brasileiro, existe demanda potencial para o uso de toda a água  
143 disponível para a outorga, o que não seria razoável perante o Uruguai. Acrescentou que esse panorama  
144 indica a necessidade de que sejam estabelecidos um limite, impondo regras que evitem um futuro  
145 conflito pelo uso da água. Com relação às outorgas atualmente concedidas, ele informou que elas têm  
146 sido emitidas a partir dos mesmos critérios que subsidiam as outras outorgas, que são concedidas  
147 levando em conta a segurança, a garantia de que a quantidade de água outorgada possa estar disponível  
148 e que o rio possa continuar perene. Explicou que, diante desse elenco de garantias que precisam ser  
149 asseguradas, elas são emitidas tendo em vista a vazão mínima do rio. Acrescentou ainda que, de acordo  
150 com o nível de conhecimento à respeito do regime do rio, a outorga pode ser concedida levando em  
151 conta o aspecto sazonal, definindo uma quota extra para quando o rio estiver em condições de ofertar  
152 mais água. Enfatizou também que outro fator fundamental na análise da concessão da outorga é o da  
153 qualidade do rio, e sintetizou que no caso em análise, além de lidar com a complexidade da gestão da

154 qualidade e da quantidade da água, a partir de parâmetros dinâmicos, também é necessário acrescentar  
155 a essa equação o interesse de dois ou mais Estados Nacionais. Em resposta ao questionamento acerca  
156 da necessidade de um regime específico, acrescentou que as regras seriam necessárias justamente pelo  
157 fato de parte das águas dos rios fronteirios encontrar-se em território de país estrangeiro. Enfatizou  
158 que, qualquer uso autorizado na margem brasileira do rio pode, eventualmente, ter consequências com  
159 relação aos usos dessas águas pelo país vizinho, como, por exemplo, alteração de vazão ou de  
160 qualidade das águas. Finalizou acrescentando que o mesmo se aplicaria ao uso, a montante, de águas  
161 de rios transfronteirios. Após o esgotamento das intervenções, o presidente propôs, em decorrência das  
162 implicações técnicas, ambientais e políticas, a realização, antes da 33ª Reunião da CTGRHT, de uma  
163 reunião entre o Itamaraty, a ANA e o MMA para organizar os elementos fundamentais integrantes  
164 tanto dos documentos apresentados pela Agência como dos acrescentados por meio dos debates  
165 ocorridos na CTGRHT. Enfatizou que essa reunião aconteceria com o compromisso de trazer à  
166 próxima reunião da CTGRHT, um encaminhamento mais esclarecedor para a questão. Ressaltou ainda  
167 que um dos aspectos importantes que deveriam ser acrescentados ao processo de discussão da temática  
168 seria a participação da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos e Outorga-CTPOAR. O Sr.  
169 Cláudio Ramos Floriani Jr. apoiou a proposta de encaminhamento, mas ressaltou a importância que do  
170 assunto estar melhor definido no âmbito da CTGRHT antes de se abrir a discussão para outra Câmara.  
171 O Sr. Wilson de Azevedo Filho destacou que seria desejável ao processo de discussão do tema, que o  
172 produto dessa reunião preparatória fosse uma minuta de resolução para alavancar os debates no âmbito  
173 da CTGRHT. Em relação a essa colocação, o presidente destacou que o assunto é de grande relevância  
174 e possui diversos determinantes que devem ser analisados com cautela, por isso, antes mesmo de se  
175 preocupar com a apresentação de uma minuta, essa reunião preparatória teria como função primordial  
176 delimitar melhor a problemática e seus aspectos mais amplos e apontar um encaminhamento mais  
177 satisfatório para a questão. O Sr. Marcelo Barbosa Sampaio solicitou à ANA uma caracterização  
178 desses rios fronteirios/transfronteirios para que a CTGRHT tivesse uma melhor visualização do  
179 universo de abrangência dessa possível resolução e acrescentou que a agilidade em analisar e  
180 encaminhar essa questão seria função da quantidade de informação disponível a respeito. O Sr. Cláudio  
181 Ramos Floriani solicitou à CTGRHT que acolhesse a proposta do presidente e ressaltou que além da  
182 forma, do escopo e da abrangência dessa possível resolução, ainda deveria estar em pauta a  
183 necessidade e a viabilidade de se propor essa resolução ao CNRH. O Sr. Jorge Thierry Calasans  
184 informou que as solicitações feitas à ANA pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca já haviam  
185 sido apresentadas e disponibilizadas. Quanto ao encaminhamento do presidente, manifestou  
186 concordância e esclareceu que a Agência ainda não tinha a clareza se uma resolução do Conselho seria  
187 a melhor forma de lidar com a problemática, e que por isso seria importante investigar melhor o  
188 problema e prever também outras possibilidades de equacionamento da questão. Não havendo mais  
189 manifestações, foi aprovado o encaminhamento proposto pelo presidente e passou-se ao **Item 5**  
190 *Apresentação: Gestão de Recursos Hídricos e MERCOSUL-Claudia Della Piazza Grossi; Assessoria*  
191 *Internacional-ASIN/MMA*. A Sra. Cláudia Della Piazza Grossi explicou que os temas relativos à meio  
192 ambiente têm sido tratado no MERCOSUL por meio da atuação do Subgrupo de Trabalho Nº 06-SGT  
193 6. Acrescentou que esse subgrupo, a exemplo do MERCOSUL como um todo, passou por uma  
194 expressiva dinamização nos últimos dois anos e que, em relação à questão ambiental, a negociação e o  
195 compromisso da implementação do Acordo Quadro de Meio Ambiente foi um marco na atuação do  
196 subgrupo. Informou que em 2003 foi criado um Fórum de Ministros, de alto nível com a função de dar  
197 o direcionamento político aos trabalhos dos técnicos envolvidos nos subgrupo de trabalho. Finalizou  
198 anunciando que a Ministra Marina Silva resgatou, na 2ª Reunião de Ministros, um protocolo que a  
199 ANA havia elaborado em 2002, para a gestão de recursos hídricos transfronteirios e solicitou  
200 expressamente que essa discussão fosse retomada e que em decorrência desse posicionamento um  
201 grupo ad hoc já estaria sendo formado para a discussão e reelaboração desse documento. Após a  
202 apresentação, foi aberta a palavra aos membros da CTGRHT para apresentarem suas perguntas e  
203 possíveis contribuições. Os membros da CTGRHT se interessaram em entender como o CNRH e a  
204 CTGRHT poderiam se envolver nas discussões de recursos hídricos do SGT6. A Sra. Claudia Grossi

205 enfatizou que a participação é bastante aberta e que muitas entidades são convidadas à participar de  
206 suas reuniões. O Sr. Cláudio Ramos Floriani Júnior requisitou informações sobre a composição da  
207 representação brasileira no SGT6 e da forma como esse grupo pretendia se relacionar com o Sistema  
208 Nacional de Recursos Hídricos. A Sra. Cláudia Grossi explicou que o grupo é composto por  
209 coordenações nacionais e que no caso do Brasil, o coordenador nacional é o Sr. Fernando Lyrio,  
210 assessor internacional do Ministério do Meio Ambiente em alternância com a Sra. Marília Marreco, da  
211 Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, sendo que a equipe de suporte é  
212 composta pelos técnicos da assessoria internacional do MMA. Foi acrescentado, ainda, que outras  
213 instituições e órgãos são convidados, de acordo com a sua relevância para o assunto em discussão. Em  
214 relação a questão da participação do CNRH nesse Fórum, foram levantadas várias possibilidades de  
215 participação e contribuição, deixando claro o interesse da CTGRHT em conhecer os assuntos  
216 referentes à recursos hídricos que estão em debate no SGT6, ressalvada as competências específicas de  
217 cada fórum para debater e decidir os seus assuntos, de acordo com seus procedimentos e normas  
218 internas. O assunto foi encerrado com o apontamento da possibilidade de análise, por parte da  
219 CTGRHT, da minuta de Protocolo para a gestão de recursos hídricos transfronteiriços na próxima  
220 reunião. Em razão da falta da Minuta de Resolução, o **Item 6- Apresentação e discussão da Proposta**  
221 **de Resolução modificando o inciso III do Artigo 2º da Resolução CNRH nº 10 de 21 de junho de 2000**  
222 ficou adiado para a próxima reunião da CTGRHT. Ficou decidido que o **Item 7 – Avaliação da**  
223 **Oficina: Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços** e o PNRH fosse transferido para a próxima  
224 reunião. Passou-se ao **Item 2 – Aprovação da Ata: 31ª Reunião da CTGRHT**, que foi aprovada com  
225 alterações. Passou-se ao **Item 8 – Assuntos gerais**. O Sr. Cláudio Ramos Floriani Jr. informou a  
226 respeito da realização do I Encontro Ibero-Americano para uma Nova Cultura da Água, que promoveu  
227 um rico diálogo entre as muitas instituições participantes e teve como produto a Carta de Fortaleza; o  
228 Sr. Wilson de Azevedo Filho sugeriu a retomada do assunto da bacia do Alto Paraguai na pauta da  
229 CTGRHT. O Sr. Antônio P. Soler solicitou uma avaliação da execução do Plano de Trabalho da  
230 CTGRHT, com vistas à possíveis alterações para o ano de 2006, em especial o agendamento de  
231 reuniões em áreas de fronteira. O Sr. Bernardo Paranhos Velloso sugeriu a inclusão, para a próxima  
232 reunião, de uma discussão sobre IV Fórum Mundial de Água, no México. A CTGRHT acordou em  
233 deixar agendada a próxima reunião da CTGRHT para a primeira quinzena de fevereiro, e o Sr. Cláudio  
234 Ramos Floriani Jr. chamou a atenção para a necessidade do cumprimento do horário de início da  
235 reunião para o melhor andamento dos trabalhos. Nada mais sendo tratado, a reunião foi encerrada às  
236 15h00.

237  
238 Ata aprovada no dia 15 de fevereiro de 2006, durante a 33ª Reunião da CTGRHT.

239  
240  
241 Bernardo Paranhos Velloso  
242 Presidente da CTGRHT

243  
244 Ana Maria Alves  
245 Relatora da CTGRHT